

SESSÕES DO PLENÁRIO

89ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 30 de outubro de 2019.

PRESIDENTE: DEPUTADA MARIA DEL CARMEN LULA (1ª SECRETÁRIA)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Fulco Caldas, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Antônio Henrique Júnior, Bobô, Capitão Alden, Dal, David Rios, Diego Coronel, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes Lula, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jacó Lula da Silva, Jânio Natal, José de Arimateia, Júnior Muniz, Jurailton Santos, Jusmari Oliveira, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Luciano Simões Filho, Marcelo Veiga, Maria del Carmen Lula, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Lula Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Osni Cardoso Lula da Silva, Pastor Isidório Filho, Pastor Tom, Paulo Câmara, Paulo Rangel Lula da Silva, Pedro Tavares, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida Lula, Rogério Andrade Filho, Rosemberg Lula Pinto, Soldado Prisco, Talita Oliveira, Targino Machado, Tiago Correia, Tom Araújo, Tum, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Lula e Zó. (54)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Júnior Muniz comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente na Sessão do dia 1º/10/2019.

Do Deputado Capitão Alden comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 2 e 3/10/2019.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Antes de passar ao Pequeno Expediente, gostaria de submeter ao Plenário as atas da 87^a sessão ordinária e das 20^a e 21^a sessões extraordinárias, realizadas em 22 de outubro de 2019.

Em discussão as atas que acabam de ser anunciadas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

O Sr. Targino Machado: Comunicação inadiável, Excelência.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Com a palavra o deputado Targino Machado para uma comunicação inadiável.

O Sr. Targino Machado: Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, senhores da imprensa que nos assistem, senhores que nos acompanham através da *TV Assembleia*, a cada dia somos surpreendidos, aqui ou acolá, com dificuldades para a população. E, normalmente, essas dificuldades chegam mais à porta daqueles que mais precisam.

Quero dizer aqui, Sr.^a Presidente, que água é um bem que é vida. Não pode existir vida sem água, até porque o corpo humano é formado, em sua maioria, por água. Então precisamos de água como precisamos de oxigênio. E não é possível que a Empresa Baiana de Águas e Saneamento, que cobra de forma...

O Sr. Euclides Fernandes: Abusiva.

O Sr. Targino Machado: Eu não diria, deputado Euclides Fernandes, abusiva, acho que cobra indevidamente, porque é pior do que abusiva. A Embasa cobra quando fornece água e cobra também quando não fornece.

E quando não fornece, por vezes, cobra mais, já que a tubulação fica cheia do desgraçado do vento, e este, quando a água chega, faz o hidrômetro girar com uma velocidade danada. E assim o faturamento da Embasa aumenta.

Ao dizer isso, Sr.^a Presidente, quero chamar a atenção, de forma especial, para as necessidades do povo do distrito da Matinha, em Feira de Santana. Esse povo já é sofrido pelas dificuldades de saúde, de segurança pública, de transporte, de estradas terríveis, de escolas horríveis; sofre também porque o poder público municipal não chega lá com nenhum dos serviços públicos que cabem e competem ao prefeito daquela cidade.

E agora aquele povo está há mais de 15 dias sem água para beber, sem água para atender as suas necessidades. Aqui está estampado: *“Sem água há vários dias moradores da Matinha enfrentam dificuldades e reclamam da Embasa”*.

Mas essa reclamação, segundo os moradores da Matinha, é recorrente e nada adianta.

“(...) De acordo com os moradores, as queixas já foram encaminhadas para a Embasa e até o momento não houve nenhuma resolução do problema”. E aí, cinicamente, a Embasa disse ontem que a empresa que está fazendo a duplicação da BR-324 no trecho entre Feira de Santana e Serrinha vem danificando as tubulações.

Pergunto: o consumidor tem o que com isso? E “quico”? O povo da Matinha, que está pagando e devia estar recebendo a sua água, tem o que com isso?

Então, venho fazer uma indicação, que já protocolei nesta Casa, com a qual o deputado signatário, Targino Machado, indica ao Ex.^{mo} Sr. Governador do Estado da Bahia, Rui Costa, providências para solucionar a constante falta de água no distrito de Matinha, no município de Feira de Santana.

Clamo ao sentimento de humanidade de S. Ex.^a o Sr. Governador. Ao presidente da Embasa, não, porque presidente da Embasa é um hoje e amanhã pode ser outro, é pau-mandado. Quem tem competência e legitimidade é o governador, é ele quem tem mandato concedido pelo povo da Bahia, inclusive pelo povo de Feira de Santana, pelo povo da Matinha. Lá, apesar de o candidato de oposição ser de Feira de Santana, quem ganhou, de forma maiúscula, foi o governador Rui Costa. E agora o povo está perguntando: “Cadê Rui? Cadê você?”

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Roberto Carlos, primeiro inscrito no Pequeno Expediente, por até 5 minutos.
(Oradores inscritos)

Com certeza, com várias emoções.

O Sr. ROBERTO CARLOS: Sr.^a Presidenta, Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, povo que prestigia esta Casa, nós estamos terminando o Outubro Rosa, que é um movimento mundial que defende a saúde da mulher, principalmente, contra o câncer de mama.

E agora, Sr.^a Presidente, estamos entrando no Novembro Azul, que é um movimento que acontece no mês de novembro para reforçar a importância da prevenção e do diagnóstico precoce do câncer de próstata.

E aqui apresentei, Sr.^a Presidente, o Projeto de Lei nº 22.156/2017, que: (lê) *“Dispõe sobre a criação do Hospital do Homem no Estado da Bahia e dá outras providências.*

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a criar e implantar o Hospital do Homem na cidade de Salvador, cujo objetivo é criar um centro de referência especializado em saúde do homem...”, que são mais relaxados do que as mulheres, procuram menos a saúde pública do que as mulheres.

“(...) Tendo em vista que o câncer de próstata é uma das doenças que mais mata homens no Brasil, é mais do que necessário que criemos ações que visem combater essas estatísticas. Focando neste propósito, com intuito de tentar reverter esse quadro, busco aqui a implantação desse projeto de lei.

Pesquisas comprovam que a saúde, mais do que genética, é consequência das escolhas e hábitos de vida. A junção de hábitos saudáveis e acompanhamento de saúde preventivo é o caminho para se ter um envelhecimento com qualidade de vida. Porém os homens costumam dar menos atenção à saúde e realizam menos consultas médicas. Em muitos casos, os homens não procuram um médico por vergonha, preconceito da sociedade ou dificuldade de acesso ao especialista adequado.

Um levantamento do Centro de Referência em Saúde do Homem de São Paulo mostra que 70% das pessoas do sexo masculino que procuram um consultório médico tiveram a influência da mulher ou de filhos. Esse mesmo estudo revelou que mais da metade desses pacientes adiaram a ida ao médico e já chegaram com doenças em estágio avançado.

O objetivo da implantação deste hospital, é também o de desenvolver uma política estadual de saúde do homem, facilitando e ampliando o acesso da população masculina aos serviços de saúde. Dados mostram que a cada três mortes de pessoas adultas, duas são de homens. Eles vivem, em média, sete anos menos do que as mulheres e têm mais doenças do coração, câncer, diabetes, colesterol e pressão arterial elevadas, tendências à obesidade e não praticam atividade física com regularidade, entre outros problemas de saúde.

Grandes capitais do país já implantaram esse hospital, como é o caso de São Paulo, que se tornou um dos maiores e melhores centros internacionais de atendimento urológico.

De acordo com um levantamento do Hospital do Homem de São Paulo, 60% dos pacientes chegam ao serviço com o câncer de próstata em estágio avançado por falta de prevenção. Segundo a pesquisa, esses pacientes consideram constrangedor procurar ajuda quando os sintomas iniciais da doença aparecem.

Com base nas informações ora expostas, mais uma vez friso aqui a importância dessa proposição...”

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

“(...) Entre os homens, a falta de uma cultura preventiva que valorize o autocuidado e a não identificação...”

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

“(...) com os programas oferecidos pelos serviços básicos de saúde são alguns elementos que tornam os homens mais vulneráveis e devem ser observados pelos profissionais no planejamento e na execução das ações de promoção e prevenção.

Nestes termos, tendo em vista a importância deste projeto, peço a compreensão dos meus pares para a aprovação deste projeto de lei.”

Esse hospital vai melhorar significativamente a saúde pública do homem...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ROBERTO CARLOS: (...) E aí, baseado no exemplo do nosso deputado Euclides Fernandes...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo.

O Sr. ROBERTO CARLOS: (...) que procura sempre a prevenção da saúde dele, apresentei esse projeto para que o governador possa implantar o Hospital do Homem aqui em Salvador.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Capitão Alden pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CAPITÃO ALDEN: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, Galerias, nossos nobres amigos que nos visitam, imprensa, eu gostaria de fazer alguns pronunciamentos a respeito dessa mancha de óleo que atinge o nosso estado brasileiro, em especial a Região Nordeste.

Tenho ouvido de maneira muito atenta vários discursos de diversos parlamentares, na Bahia e no Brasil, questionando as intervenções do governo federal e também, especialmente, dos governos estaduais quanto aos procedimentos que foram adotados ou que estão sendo adotados na tentativa de conter o avanço dessas manchas que estão contaminando não somente o nosso litoral, mas também os nossos manguezais.

Andei analisando a repercussão dos procedimentos que estão sendo praticados, até o momento, quanto à aplicação do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional. Esse é o principal documento que norteia as ações do governo federal e também dos órgãos estaduais para a contenção dessas manchas que invadiram o nosso território brasileiro.

Pasmem, esse Plano Nacional de Contingência para Incidentes foi aprovado por Dilma Rousseff, em 2013, através de decreto. De lá para cá, é a primeira vez na história que se coloca em prática esse plano de ação integrada. Pasmem, desde 2013 que existe um plano de nacional de contingência para ações como essa. Pasmem, o governo brasileiro, hoje, está apenas e tão somente cumprindo a regra, cumprindo um plano que já existe, que foi discutido, que foi debatido desde 2013.

E o que é pior, esse plano, que foi instituído por decreto no primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, visa estabelecer procedimentos técnicos e administrativos a serem adotados em situações emergenciais, bem como a ação integrada de órgãos federais e estaduais. Dentre eles, houve a reunião dos Ministérios do Meio Ambiente, da Defesa e de Minas e Energia, da Marinha, do Ibama, da Agência Nacional de Petróleo. E aqui contou a participação do Instituto do Meio Ambiente estadual.

O governador em exercício à época, João Leão, assinou os seguintes documentos: declaração de emergência nos municípios afetados pelo desastre ambiental; decreto que permite verbas contingenciais ser utilizadas para a contenção do óleo; termo de recebimento de ajuda da sociedade civil e uma carta pedindo apoio ao governo federal, emitiu também uma carta para a população para que esta não frequente os nossos ambientes nas praias.

Aí pergunta-se, meus amigos: quais foram as estratégias adotadas pelos governos estaduais e até municipais que dependem, que têm praias, que têm área litorânea? De lá pra cá, nenhum governo estadual estabeleceu nenhum programa piloto, inicial. Esse plano requer que, uma vez detectada a mancha de óleo, os estados ou os municípios afetados poderão acionar o governo federal solicitando ajuda e verbas federais para conter esse recurso. Mas o estado não tem absolutamente nenhum recurso para enfrentar prioritariamente, primariamente, esses problemas. Você não tem, dos órgãos estaduais, nenhum órgão que tenha equipamentos, que tenha EPI, que

primeiramente possa fazer frente a esse primeiro combate. E aí, não sendo possível esse primeiro combate, aí, sim, você acionar o governo federal.

Então, a gente precisa realmente avaliar esses planos nacionais, inclusive a Bahia. A Bahia tem plano de emergência, plano de contenção, plano de evacuação, plano de chamada, e ninguém simplesmente testa esses planos. Nós temos aí barragens a torto e a direito na Bahia, temos uma série de usinas hidrelétricas e tanto mais e...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) nós não temos planos consistentes que visem, de fato, à integração desses órgãos.

Então, mais do que arrumar culpados, nós precisamos reavaliar os planos tanto do estado, da União e dos municípios, para que a gente possa combater as várias emergências que podem ocorrer em nosso estado. Por exemplo, se cair um avião agora em Salvador, qual o plano de emergência da Bahia, de Salvador? Não há. Não há hospitais credenciados, já planejados, já orientados, enfim, nós precisamos discutir, aproveitar essa...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) experiência e tentar rever os nossos planos, tanto nacional, quanto estadual.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Paulo Câmara pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PAULO CÂMARA: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, amigos e amigas da imprensa, amigos telespectadores da TV ALBA, mais uma vez, uso esta tribuna, caro deputado Targino Machado, para falar um pouco da série “isso não passa na propaganda do governo do estado” porque, na propaganda do governo do estado, a Bahia é o Éden, a Bahia é o paraíso. Na Bahia, tudo dá, tudo se colhe, tudo se planta. A Bahia é excelência em tudo. Mas, quando a gente vai para os índices e para os números, deputado Euclides – e eu sempre foco a minha fala com números e com dados, porque eu acho que isso mostra responsabilidade, e contra números não há como você retrucar –, a Bahia aparece na 20^a posição do *ranking* da competitividade, inovação e educação, entre os piores indicadores do país. 20^o, deputado Euclides, em educação, Líder Rosemberg.

Rosemberg, caro amigo, deputado, Líder dessa Bancada, mais uma vez, a educação do nosso estado é colocada no último canto da prateleira pelo governo do estado. Fico feliz porque vejo aqui a deputada Olívia Santana, que foi secretária de educação do município. Então, ela sabe a responsabilidade e o compromisso que o gestor público tem que ter com a educação.

E vamos aqui aos números, para não dizer que estou fazendo achismo, falando bobagem ou inventando. Trago dados e números. Numa escala de zero a cem pontos, a Bahia atingiu 36,5 e teve a quarta pior nota entre os estados do Nordeste. E o governo vem se vangloriar querendo ser líder do Nordeste. Líder em quê? Se o governo, que não cuida da educação do seu estado, pode liderar o quê? A não ser se for na

propaganda tamanho G. Aquele G bonito que aparece! Mas, quando se fala de educação, aí é aquele G pequenininho, deputado Euclides, que aparece bem no rodapé dos contratos, que não dá nem para enxergar. Porque você dizer que quer fazer, é questão de dar prioridade. Isso é decisão política. E a gente já viu, nós já estamos no segundo mandato do governo, do governador Rui Costa, e a educação, mais uma vez, passa ao largo dessa prioridade.

Em relação a 2018, a Bahia ganhou duas posições. Veja, nós éramos o 22º lugar e, agora, somos, deputado Bobô, o 20º lugar. Aí vai botar na propaganda, aumentamos em 10%, melhoramos a posição, mas não deixa de ser uma grande vergonha para o nosso estado. Perdemos, apenas, para o Acre e Maranhão. Volto a dizer, deputado Tiago Correia: Acre e Maranhão. Essa é a situação do estado da Bahia.

E vamos a mais números, para que a minha fala não fique apenas achando que é da Bancada de Oposição, deputado Zé Cocá. Potencial de mercado, educação e inovação. A inovação, quando se fala na Bahia, deputado Roberto Carlos, teve nota 8,4. Aí você fala: “Passou na média”. Quando se compara com os outros estados da Federação, aparece na 26ª posição, atrás, apenas, deputada presidente, do Maranhão. Isso é uma vergonha para o nosso estado. Isso é motivo de tristeza. Em potencial de mercado, a Bahia é o terceiro pior estado do país, sendo superado apenas, mais uma vez, pelo Acre e pelo Maranhão. Já no pilar educação, também figura na 25ª posição, atrás apenas do Pará e do Amapá.

Realmente, é lamentável trazer esses dados a esta Casa, mas temos que ter responsabilidade. Não adianta vir aqui falar que é da Base do Governo, é da Base da Oposição, sem ter uma atuação precisa. E volto aqui a falar com a deputada Olívia Santana que, neste momento, presta muita atenção e sabe do que eu estou falando, a responsabilidade que nós temos. O secretário vai, agora aos jornais dizer que não há contingenciamento. É claro que há o contingenciamento na educação! É claro...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) que a educação não é prioridade para esse governo! Estão aqui dados da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia de R\$ 1,5 bilhão que era para ser liberado, apenas R\$ 945 milhões até a última quinta-feira. Será que, em dois meses, vai liberar R\$ 600 milhões? Ou vai se fazer aquela mágica? Porque eu nunca vi, deputado, Líder Targino Machado, tanto bilhão nesse governo. Um bilhão para um lado, um bilhão para o outro; mas, quando se traduz em números, ...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) é uma vergonha. É motivo de tristeza. É motivo desta Casa, ...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, Sr. Deputado.

O Sr. PAULO CÂMARA: (...) cara presidente, e deputado Euclides, temos que rever essa situação. Como é que nós podemos contribuir para melhorar a educação em nosso estado, já que no ano passado ela foi a pior do Brasil no Ideb? A pior!

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. PAULO CÂMARA: Eu sei que é duro falar do governo de V. Ex.^a, é duro, mas me dê só mais 30 segundos. V. Ex.^a é tão sensível com os outros deputados,

estou trazendo números, deputada. E aqui, para concluir, finalizar a minha fala, e aqui não é o deputado Paulo Câmara. Estou apenas traduzindo números da Secretaria da Fazenda do Estado e números de relatórios de empresas que têm responsabilidade com o nosso Brasil.

Olha aqui, para finalizar, deputado Zó e deputado Bobô. A Associação de Docentes da UEFS... A presidente tenho certeza de que não vai ser contra o corpo docente de uma universidade. Funcionário público... Será que está falando a verdade? Será que está falando mentira? Dados. Só estou concluindo, só mais 30 segundos. V. Ex.^a me conhece...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já lhe dei vários...

O Sr. PAULO CÂMARA: Subo tão pouco a esta tribuna. Trinta por cento contingenciados. São dados da Adufs, não estou inventando.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. PAULO CÂMARA: São dados da associação. Isso prejudica até a aquisição e a manutenção predial. E pasme, presidente, está faltando até papel higiênico nas universidades. É uma vergonha!

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Targino Machado pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, antes de mais nada, quero solicitar de V. Ex.^a um tratamento igual ao que V. Ex.^a deu ao deputado Paulo Câmara, senão vou me sentir desprestigiado.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Eu sou sempre generosa com todos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Mas eu nunca vi a generosidade de V. Ex.^a ser tão elástica quanto foi com o deputado Paulo Câmara.

Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, às quartas-feiras, às 10 horas, estamos nos reunindo e hoje foi a terceira reunião ordinária da Comissão Especial para a Regulamentação do Transporte Complementar.

Acho um absurdo, deputado Zé Raimundo, existir a necessidade de transporte complementar. Aquela mesma história da educação que precisa ter o curso pré-vestibular. É a mesma coisa. E isso demonstra a falência da educação. É a mesma coisa da proliferação das empresas de segurança, que demonstra a falência da segurança pública.

E nós aqui estamos agora tratando da regulamentação do transporte complementar, porque, na verdade, o transporte regular está falido. Embora tenha as concessões... concessões essas que foram prorrogadas até o ano de 2022. Precisam, carecem, padecem realmente do transporte complementar. Embora, no nosso estado, o transporte complementar não tenha sido valorizado. O transportador do passageiro que faz o transporte complementar é tratado como um bandido. Está à margem da sociedade recebendo “carreira” da polícia para apreender os seus veículos, quando, na verdade,

eles estão cumprindo um papel também social, estão retirando dali o sustento da sua família; mas eles chegam para pegar os passageiros, para levar os passageiros onde ônibus nenhum alcança, notadamente na zona rural dos municípios.

Quero mandar um recado à população de Feira de Santana e região: que o nosso requerimento foi aprovado hoje nessa comissão da qual o deputado Robinson Almeida é o presidente, eu sou o vice-presidente – se V. Ex.^a não tomar cuidado, o deputado Rosemberg toma seu lugar mesmo, viu, deputado Robinson Almeida? –, foi aprovada, com o meu voto, o voto do deputado Robinson, deputado Osni e o deputado Pastor Tom, uma reunião itinerante da comissão, no próximo dia 21 de novembro, em Feira de Santana, às 9h, que ainda temos que confirmar o local para essa reunião.

Por outro lado, quero dar ciência aqui, Sr.^a Presidente, à Casa, que dei entrada numa emenda ao Orçamento que tramita nesta Casa, cujo prazo de emendas seria expirado hoje, mas que já assinei a prorrogação até o dia 14 de novembro. Já assinamos, eu e o deputado Rosemberg, não sei se ele já assinou, mas eu, pelo menos, já assinei a prorrogação. Dei entrada numa emenda que trata do seguinte:

(Lê) “Mediante a transposição, remanejamento, a transferência de recursos de um programa para outro ou de um órgão para outro, objetivando cobrir insuficiência...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) nas dotações orçamentárias das universidades estaduais da Bahia, destinadas às despesas de custeio e manutenção até o limite mínimo de 7% da receita líquida de impostos apurados no exercício.”

Essa foi uma solicitação que foi trazida ao nosso gabinete ontem por uma comissão de docentes das universidades estaduais.

Quero, Sr.^a Presidente...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) com a vossa tolerância, concluir a minha fala dizendo que não respondo aos jornalistas. Não é meu perfil responder a jornalista, não é meu perfil judicializar, mas a gente precisa trazer a indignação. Vamos falar sério! Jornalista que não frequenta a Casa, que não sabe que o deputado Targino Machado é um “cdf” desta Casa, e não estou fazendo nenhum favor a ninguém, é a minha obrigação. Hoje, às 12h35min eu já estava sentado ali, trabalhando, aqui no plenário. Eu sou um dos primeiros a chegar, e, com certeza, um dos últimos a sair.

Ontem, não foi diferente. Cheguei à Casa cedo, recebi no meu gabinete uma comissão de docentes das universidades estaduais, almocei na Casa, vim aqui para o Plenário, fiz mais de um pronunciamento e hoje saiu na coluna “*Amor Roxo*”, na coluna *Raio Laser da Tribuna da Bahia*, uma matéria: “*Amor Roxo*”, que eu e Rosemberg estamos em amor roxo.

Bom, bom, para a *Raio Laser*, é se a gente tivesse aqui trocando tapa, brigando, porque aí daria notícia porque tem jornalista de todo tipo, inclusive jornalista abutre, que gosta de miséria e tal.

A Casa está funcionando justamente por causa dessa boa relação entre Targino, Líder da Oposição...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: (...) e Rosemberg, Líder do Governo.

Nós conseguimos destravar as pautas e a Casa está funcionando, o Parlamento está muito bem Graças a Deus!

Mas no final tem: “Arrasado!” Um topicozinho: “Arrasado!” E diz lá que: “E por falar no Líder da Oposição na Assembleia, Targino Machado, do DEM, ele estava, segundo colegas...” Esse “segundo colegas”, é o mau-caratismo do jornalista que não tem coragem de dizer que foi ele, aí bota dizendo: “Segundo colegas, arrasado diante do julgamento da ação iniciada ontem, no TRE-BA, que pode cassar o seu mandato.”

Olha, faz-me rir.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu quero dizer que arrasado quem está não sou eu. Não tive nenhum prejuízo. Quem está arrasado hoje é o meu amigo, dileto amigo, fraterno amigo Robinson Almeida, que está ameaçado de perder R\$ 50 mil. (Risos)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Concluí, nobre Presidente.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluiu o deputado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo pelo tempo de até 5 minutos.

Zé Raimundo, não vai falar não?

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: E a Sr.^a me anunciou?

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Já falei. Concedo a palavra ao deputado Zé Raimundo. Já anunciei pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Eu quero a mesma generosidade que V. Ex.^a concedeu aos nobres deputados que me antecederam.

Sr.^a Presidente, colegas deputados e deputadas, realmente estamos vivendo um momento surrealista na história do Brasil. Um presidente que seguidamente comete os mais absurdos em termos de fala, em termos de representação no Brasil e no exterior.

Estamos vivendo esse conflito que desnudou a natureza dos meios de comunicação do Brasil, que foi a fala deste mesmo presidente desgovernado, descontrolado, mas que me parece que veio à tona algo extremamente importante na história do Brasil que é a relação entre a imprensa e o poder, o alto poder.

Não quer dizer que, na história recente do Brasil, isso não tenha acontecido. Está aí a história de Chateaubriand, *do Estadão de São Paulo*, de Carlos Lacerda, dos anos 40, 50 e 60.

Mas, agora, com o poder da *Rede Globo*, realmente vamos entrar numa conjuntura extremamente complicada, porque a mídia que apoiou o golpe agora tenta se livrar do abacaxi que criou, e está lá esse “bololô” danado, lá em Brasília, entre o

presidente e a *Rede Globo*. E, do outro lado, temos aí esse desastre ambiental que mostra, efetivamente, que essa agenda do meio ambiente, que a ecologia, que esses temas precisam, definitivamente, compor programas consolidados de governo, de gestão do meio ambiente como uma parte fundamental do desenvolvimento humano e do desenvolvimento social.

E ainda, aqui e acolá, estamos vendo a necessidade também, já na América Latina, do debate sobre o modelo de desenvolvimento econômico e social no mundo como um todo. Estão lá o Chile, o Equador, a Argentina derrotando o neoliberalismo, e aqui no Brasil muitos que acreditavam na possibilidade de uma desregulamentação total – e já começaram a fazer isso, a privatizar, a cortar direitos – e que agora eles mesmos começam a desconfiar de que, talvez, tenham exagerado e que é o momento talvez também de dar uma segurada.

Mas, em meio a esse caos, duas notícias boas eu quero anunciar aqui também: a pesquisa que coloca o nosso governador Rui Costa, mais uma vez, como um dos melhores governadores, o melhor governador, a partir da própria opinião do mundo da política. Portanto, consolida o nosso modelo de desenvolvimento na Bahia, de aliança política e de convívio com as nossas diversidades do Sertão, do Semiárido, com a cidade de Salvador como talvez sendo, até recentemente, a pior capital do Brasil em termos de mobilidade urbana. E Salvador agora deslança, o Sertão sobrevive com o seu povo, com o seu trabalho, com a agricultura familiar, com projetos como o Água para Todos, como as ações que temos testemunhado ao longo desses anos.

Então, é um contraponto, de certa maneira, o nosso governo com o que se passa em Minas Gerais agora, no Rio de Janeiro, enfim, não é? Que são dois estados avaliados com uma situação bem inferior à da Bahia e dos nossos governadores do Nordeste, o Maranhão com o PC do B, outros com o PSB, ou seja, mostrando que o nosso projeto político, essa força de aliança, essas forças políticas em aliança podem sim...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) trazer um cenário bem melhor para o Brasil.

E, por último, uma notícia muito boa: Vitória da Conquista continua sendo a melhor cidade do Norte e Nordeste, e entre as melhores cidades do Brasil, sobretudo, em saneamento e água. E isso foi graças aos 20 anos em que governamos aquela cidade, o PT e os aliados. E quero lembrar aqui que, evidentemente, nós não fomos os únicos responsáveis. Tivemos o companheiro Wagner...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) tivemos o Lula e tivemos a Dilma Rousseff. Foram investimentos que nós preparamos a cidade em 2005, 2006, 2007 e, quando veio o PAC I, Conquista colocou um projeto que saiu de 45% do trato de coleta e tratamento de esgoto para 97%, por isso, nós haveremos de...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: (...) se Deus quiser, retomar o projeto de Vitória da Conquista porque hoje lá também é um caos. O caos de Vitória da Conquista se

assemelha ao que se passa no Brasil e também o que se passava na Argentina e no Equador.

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO LULA: Vamos, sim, retomar Vitória da Conquista para ela continuar no seu desenvolvimento humano e social.

Muito obrigado, Sr.^a Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concedo a palavra ao deputado Jacó pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JACÓ LULA DA SILVA: Sr.^a Presidenta deputada Maria del Carmen, colegas deputados, pessoal da imprensa, da tribuna, da TV ALBA, pessoal da segurança, da taquigrafia, do apoio. Na sexta-feira passada, eu estive... na sexta, não, na quinta-feira passada eu estive em Seabra participando da Feira de Produtos e Serviços Agropecuários de Seabra, no Território da Chapada Diamantina, Seabra e Território da Chapada Diamantina, sendo realizadores o Sindicato dos Produtores Rurais de Seabra e Região, Prefeitura Municipal, Associação Comercial e Empresarial de Seabra.

Essa feira foi realizada entre os dias 24 e 26 de outubro. Contou com a participação de empresários do segmento agropecuário, os quais ofereceram aos agricultores diversas capacitações para melhorar e produzir com qualidade. E os empresários do setor de comércio e serviços, com estrutura que abrigou 77 *stands* e a participação efetiva da população da Chapada. Contou com o apoio do governo do estado, através da CAR e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado da Bahia e da Seagri.

Queria saudar Luís Oliveira, do Sindicato dos Produtores Rurais de Seabra; Juscelino Duarte, da Associação Comercial; João Gomes, idealizador da feira; Pitágoras Luna, gestor da Fepase. Agradecer também ao Colegiado Territorial da Chapada e ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Seabra.

(Lê) “Neste 1º de novembro próximo, na próxima sexta-feira, o Ilê Aiyê vai completar 46 anos de vida. É o mais antigo bloco afro do Carnaval de Salvador. O Ilê Aiyê foi fundado em 1974, por moradores do Bairro do Curuzu, e que traz às ruas a resistência cultural e ancestral do povo negro.

Em nome do Vovô do Ilê, saúdo toda a família Ilê Aiyê neste mais um aniversário de existência do bloco. Estarei presente na comemoração dos 46 anos, na próxima sexta-feira” à noite, deputada Maria, porque o Ilê Aiyê tem um significado importante para a Bahia. O Ilê Aiyê, em 74, a primeira vez que desfilou foi com 100 jovens, e naquela época a Polícia Federal cercou. Eles só saíram porque suas mães de santo foram na frente para dar proteção, e o Ilê Aiyê trouxe a beleza negra, trouxe a desconstrução do preconceito contra o negro.

Então, o Ilê Aiyê é uma entidade que representa muito e que tem um valor histórico. E que reforça o valor, a beleza e a cultura da civilização negra do nosso estado.

(Lê) “A morte de Marielle e Anderson chega à casa do Bolsonaro. Na noite dessa terça-feira, o povo brasileiro foi mais uma vez surpreendido por mais um escândalo envolvendo Bolsonaro e seus filhos, desta vez o envolvimento direto com o suspeito de assassinar a vereadora Marielle Franco, do PSOL, no Rio de Janeiro, e Anderson, seu motorista.

Segundo o porteiro do condomínio, a autorização para que o suspeito entrasse no local, veio da casa 58, nada mais, nada menos, que a casa onde reside Jair Messias Bolsonaro. A autorização veio da casa de Bolsonaro, mas o suspeito dirigiu-se à casa do Policial vizinho do Presidente, o mesmo policial que foi preso com várias armas em sua casa...” – Eita amigos do peito esses! – “(...) A cada dia as digitais de quem mandou matar Marielle vai se desenhando, e aquilo que já se comenta nas ruas do Rio de Janeiro, desde o assassinato da vereadora, vai se concretizando...”

Fica aqui a nossa indignação e o nosso pedido para que o Supremo e a Justiça investiguem com urgência a citação do envolvimento do presidente e a sua família no assassinato de Marielle.

Marielle vive! Marielle presente!” Enquanto não acharmos os culpados e forem punidos, esse deputado aqui não vai se calar para que isso caia no esquecimento. Queremos justiça! Marielli presente!

Queria dizer, também, para finalizar, deputada, que recebi hoje, deputado Targino, no meu gabinete com muita alegria, o deputado...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) Celso Dourado. Um constituinte da nossa terra...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado. Acabou o tempo do Pequeno Expediente.

O Sr. JACO LULA DA SILVA: Ainda faltam 22 segundos.

“Dr. Celso é uma importante personalidade política em nosso Território de Irecê e em toda a Bahia. No próximo dia 8 de novembro, o Dr. Celso Dourado será agraciado com o título de cidadão soteropolitano, que ocorrerá na Câmara de Vereadores de Salvador. Já no dia 21 de novembro...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

(...) será homenageado no II Congresso...

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Concluindo, deputado.

O Sr. JACO LULA DA SILVA: (...) Nacional da Anistia, que ocorrerá no Colégio 2 de Julho.”

Fica aqui o meu abraço e Lula Livre!

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

A Sr.^a PRESIDENTA (Maria del Carmen Lula): Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Targino Machado pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr.^a Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, senhores da imprensa, senhores das Galerias, senhores funcionários, senhores que nos assistem através da *TV Assembleia*. Deveria estar sendo o tema de que vou tratar aqui hoje um tema predominante, deputado Osni, na tribuna desta Casa. Não só tratado por um parlamentar, mas esse tema precisa ser encampado pela Mesa Diretora, pela Assembleia. Vou fazer essa fala e daqui vou direto à presidência da Assembleia, porque ao deputado Nelson Leal cabe o dever e a obrigação de representar o conjunto da Casa.

(Lê) “Estamos diante de um desastre ambiental sem precedentes na história, com repercussões econômicas para todo Nordeste e repercussões econômicas imprevisíveis. Uma região como o Nordeste brasileiro que hospeda tanta pobreza, tanta desigualdade social, que reúne mazelas em decorrência de problemas climáticos e de um descaso de governos que se revelaram, ao longo do tempo, incapazes de fazer investimentos, adotar políticas públicas estruturantes a tentar mitigar a pobreza existente no Nordeste assim como o sofrimento e eliminar os grotões de misérias ainda existentes nas bandas de cá, do Nordeste.

Percebemos a forma como somos tratados, enquanto região geográfica ou mesmo enquanto povo, infelizmente, tratados como habitantes de segunda categoria, pessoas de segunda categoria.

Isto não vai ficar aí. Isso vai ficar, Sr.^a Presidente, ainda mais claro para todo o mundo quando o óleo, a se espalhar pelo Nordeste brasileiro, atingir as praias do Sudeste. Que fique claro, não desejamos, de forma nenhuma, que isto aconteça. Mas o óleo já alcançou uma centena de municípios do Nordeste brasileiro.

Segundo a Marinha, até o último dia 21 de outubro, já foram retiradas mais de 900 toneladas de óleo das praias do Nordeste. Isso é um número absurdo. Agora, segundo a mídia, as manchas de óleo se aproximam de Abrolhos, do Arquipélago de Abrolhos, já tendo alcançado as cercanias de Porto Seguro.

Onde estão as autoridades nacionais e internacionais que não dão respostas? De onde vem, enfim, este óleo que parece ser liberado de forma contínua, senão, de forma homeopática no Oceano Atlântico? Digo isso porque o derramamento de óleo vai completar, no próximo 2 de novembro, 60 dias a jorrar no meio ambiente, submetendo todo o Nordeste a esta catástrofe ambiental.

Pensei que vivíamos num mundo monitorado de forma eficiente, eficaz. Eu imaginava que nada pudesse acontecer em um milímetro quadrado sem ser visto, visualizado, notadamente, pelas autoridades através das suas tecnologias, através dos seus satélites tão bem colocados e tão milionários. Não temos notícias disso.

Onde está, por exemplo, a Nasa? E eu não sabia, por exemplo, deputado Osni, que, no Brasil, tem uma agência espacial, a *Nasa Globe*, que vive em simbiose com a Nasa. Isso, com certeza, não é por interesse brasileiro, mas por interesse americano, americano do norte. Esta Agência Espacial Brasileira é responsável pela coleta dos dados ambientais, deputado Robinson Almeida, e em estudo científico, contribuindo para a compreensão macro e micro do meio ambiente. Cadê essa Nasa brasileira?

Espero que as autoridades brasileiras e mundiais apresentem uma solução para este caos ambiental. Mas se este óleo alcançar as praias do Sudeste, todos nós veremos o tamanho da repercussão que terá. O que acontece em Salvador, primeira capital do Brasil, não repercute.

Mas imaginem se este óleo, ao invés de estar chegando às praias de Morro de São Paulo, estive chegando a paraísos turísticos como Angra dos Reis? Não é? Aí, as providências já teriam surgido e o diagnóstico de onde está vindo este óleo.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Um aparte, deputado.

O Sr. TARGINO MACHADO: Está inscrito, deputado Osni.

De onde está vindo este óleo? Vejam, este óleo não está aí por acaso, não é?

Pobre Nordeste, empobrecido pelas desassistências, por ausência de políticas públicas eficientes e eficazes para acabar com os infectos infames das secas, fazer as mãos do poder público. Infelizmente, essas mãos do poder público não chegam aos nordestinos antes da miséria, da fome, dos efeitos, da seca. É, infelizmente.

Antes de passar a palavra para o deputado Osni, quero trazer algumas publicações com as quais fiquei estarrecido. Vejam, (lê), *“pesquisadores localizam mancha de óleo de 200 quilômetros quadrados próximo à Bahia”*. Há uma mancha de óleo de 200 quilômetros quadrados próximo à Bahia. Esta é a primeira vez que o poluente é observado na superfície do mar e não nas praias.

(Lê) *“Pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro localizaram uma mancha de óleo de aproximadamente 200 km² próxima ao Sul da Bahia.”* Pobre Arquipélago de Abrolhos! (Lê) *“A descoberta foi feita através da análise de uma imagem de radar emitida às 11h da manhã do dia 28 de outubro, gerada por um satélite da Agência Espacial Europeia.”* Veja a gracinha! (Lê) *“Através de nota técnica divulgada nesta quarta-feira, (30), o Ibama ‘negou que a mancha seja composta pelo poluente, e considera que é, provavelmente, uma célula meteorológica em condições de atividade intensa.*

O radar é muito sensível a ver rugosidade e lisura. O óleo é muito liso em comparação com a água do mar, que tem ondulações. Onde tem óleo, a água fica muito lisa. Esta é uma técnica consagrada para verificar se existe mancha de óleo’, explica José Carlos Seoane, professor do departamento de geologia da UFRJ e especialista em sensoriamento.

Segundo Seoane, os danos que a mancha pode causar são ‘gigantescos’. Quando a imagem foi gerada, o óleo estava a 50 km da costa. De acordo com a avaliação do cientista, é difícil que o material chegue ao Rio de Janeiro, porque

provavelmente vai encontrar a linha da costa baiana antes, mas ‘nada impede que outras venham a chegar ao Rio’.

‘Esta é sim uma ameaça a Abrolhos (litoral da Bahia) e ao continente. Estamos esperançosos que, neste curto espaço de tempo de aviso que demos, a mancha possa ser contida costa afora, pelos navios da Marinha ou de quem puder ajudar’, afirmou. (...)’

Se depender da Marinha brasileira, a gente tem que continuar rogando ao Senhor do Bonfim mesmo, por Deus, porque a Marinha era quem devia ter feito este diagnóstico e não a Universidade Federal do Rio de Janeiro. “(...) *Esta é e primeira vez que o poluente é observado na superfície do mar e não nas praias. (...)’*”

Só para apimentar a discussão, deputado Osni, tem uma outra matéria sobre o assunto. (Lê) “*Pesquisa aponta hipótese de que óleo saiu de vazamento perto de costa da Bahia. (...)’*” O deputado Rosemberg entende de petróleo. “(...) *Imagens de satélite analisadas pelo Laboratório de Análise e Processamento de Imagens de Satélites (Lapis), vinculado à Universidade Federal de Alagoas (Ufal), encontraram um padrão característico de manchas de óleo no oceano que pode esclarecer a origem do vazamento dos resíduos no Litoral do Nordeste. As informações são da ‘Folha de Pernambuco’.*

O ponto fica localizado no sul da Bahia, a 54 km de distância da costa, nas proximidades das cidades de Itamaraju e Prado, segundo o pesquisador Humberto Barbosa, um dos responsáveis pelo estudo.

A localização da mancha indica um vazamento de petróleo abaixo da superfície do mar, possivelmente em decorrência da perfuração de um campo de exploração não identificado pela Agência Nacional do Petróleo (ANP).

Em formato de meia-lua, a grande mancha tem aproximadamente 55 quilômetros de extensão e seis quilômetros de largura. A mancha foi detectada após o processamento de imagens do satélite Sentinel-1A, da Agência Espacial Europeia (ESA). (...)’

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Concede-me um aparte, deputado?

O Sr. TARGINO MACHADO: Com o aparte o deputado Osni, brilhante prefeito de Serrinha.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Primeiro, eu quero lhe parabenizar pela intervenção, uma excelente fala, pois isso nos ajuda a esclarecer.

Depois daquele momento em que nós estamos juntos na Comissão Especial do Transporte, tão brilhantemente tocada por Robinson, por você e por outros deputados que estão a fim de resolver mais um dos travamentos dos trabalhadores da Bahia, eu, também, acabei fazendo algumas pesquisas sobre o assunto.

Acabei encontrando que a primeira mancha de óleo surgiu no dia 30 de agosto na Paraíba. Isso, aí, já está fazendo já 2 meses hoje do acontecido. Observem, 268 locais, em 94 municípios do Nordeste, registraram a ocorrência das manchas. As manchas de óleo chegaram à Bahia em 3 de outubro e já são 75 localidades atendidas em 24 municípios.

E o governo federal, por incrível que pareça, só acionou o PNC (Plano Nacional de Contingência) 41 dias depois. Essa demora, na minha opinião, essa irresponsabilidade só aumenta o problema, porque ele já é gigante, mas só aumenta porque dificultam os trabalhos, detona o setor pesqueiro. Já há a liberação do defeso. Mas isso é muito pouco, porque pode vir, principalmente, para o tamanho do problema que virá daqui a décadas.

Quanto ao setor turístico, a gente ainda não tem dimensão do que vai acontecer. Mas a gente sabe que ele não será o mesmo principalmente durante este ano.

O Sr. TARGINO MACHADO: Já está acontecendo.

O Sr. Osni Cardoso Lula da Silva: Já está acontecendo. Há muita negação. Agora é justamente o momento, presidenta, em que as pessoas se organizam para viajar, se programam. Há muita mudança de roteiros de viagens. Muito provavelmente agora, a gente já pode ter este balanço. Deve-se buscar os dados na rede hoteleira.

O impacto negativo ambiental e socioeconômico, para nós, é imensurável, obviamente, sem comentar o que será da saúde da população brasileira. Nós já temos um aumento absurdo de câncer, por exemplo, de 20% ao ano. Esses são os dados do Ministério da Saúde do governo federal.

(Lê) *“Pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) localizaram uma mancha de óleo de aproximadamente 200 km² ao sul da Bahia...”* Isso é distante cerca de 50 quilômetros da costa. A área equivale quase à extensão da cidade de Simões Filho. Isso provocou inclusive a inquietação de toda sociedade.”

Yara Novelli, maior especialista do país em danos ambientais e professora da USP diz que o seguinte. (Lê) *“Começo a desconfiar que existe uma ordem superior para que não se manifestem. Essa mudez total, esse silêncio, só podem ser orquestrados. O Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) se calou, mas eles têm oceanógrafos físicos e pessoal especializado em estudo de imagens de satélite de primeira qualidade [...] ‘Como alguém vê as manchas chegarem às praias e não aciona as imagens dos satélites? Elas dizem onde as manchas estavam ontem, onde estavam antes de ontem.. (...)’ e qualquer dia anterior. E continua a afirmar. “(...) Elas estão aí para isso. Acho impossível não terem feito. Se alguém foi impedido de divulgar, isso é muito sério’.”*

Mais do que nunca, eu acho que está na hora de, principalmente, o Congresso Nacional se pronunciar. Está na hora de apurar. Não dá para a gente não ter certeza do que está acontecendo. Até outro dia, alguém falava que havia 30 embarcações que passaram no perímetro da primeira possibilidade de 700 quilômetros da costa. Mas, mais recentemente, a própria Marinha já baixou esta perspectiva para 10 embarcações. Logo, estamos vendo, aí, ser possível e muito possível identificar o que, de fato, aconteceu.

Mas é bom fazer um registro. (Lê) *“O governo do PT implantou o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres, em parceria com a China, que colocou o Brasil entre as nações que detêm a tecnologia do sensoriamento remoto e estratégico para o monitoramento ambiental. Colocou o Brasil como o maior distribuidor de imagens de satélite do mundo, graças à política de distribuição gratuita implantada em junho de*

2004, beneficiando cerca de 1.500 instituições, entre outros órgãos, universidades, centro de pesquisas e ONGs e, também, em 2013 quando instituiu o Plano Nacional de Contingência”

Então, deputado, primeiro, eu quero parabenizá-lo pela fala, me associar a essa luta e, mais do que nunca, se o nosso movimento não for capaz de fazer com que a turma de Brasília, com que a turma do Sul e com que esse presidente... que na minha opinião tem que abrir imediatamente uma CPI contra o ministro, porque é inconcebível que depois de 60 dias a gente não tenha efetivamente uma ação de contingenciamento do que está acontecendo. O que a gente tem é a vontade desse povo do Nordeste, guerreiro, que quer resolver o problema, muitas vezes, na mão, sem conhecimento do que está aí.

E é por isso que eu queria aproveitar, deputado, e apresentar, aqui, pedir ao nosso deputado Rosemberg e a todos, inclusive tem um PL nº 23.242, de minha autoria, já aprovado na Comissão de Meio Ambiente, que trata do Dia de Limpeza dos Oceanos e Mares, mas que não fique só nisso. Eu aproveito para pedir que esse PL receba emendas, que a gente possa pensar nisso de maneira mais ampla, porque algo precisa ser feito. Como você diz: imagine se esse óleo destruir o Arquipélago de Abrolhos? Como ficará? Como é que a gente responde isso ao nosso povo, às crianças, a todo o mundo? É difícil conceber que a gente passe por isso, conceber que o Brasil passe por tantos desmandos.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Um aparte.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu que agradeço, deputado Osni, o aparte que V. Ex.^a trouxe, que incorporo ao nosso pronunciamento e que só agregou valor ao nosso pronunciamento.

Com um aparte o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Deputado Targino, eu tenho feito diversos questionamentos sobre esse vazamento, mas também temos que ter muito cuidado com as diversas especulações. Eu trabalhei 30 anos nessa área, então, não é algo simples.

Primeiro, um vazamento, para criar essas condições que aconteceram de Pernambuco para cá, é improvável que aconteça partindo do Extremo Sul da Bahia. Primeiro, porque as correntes marinhas têm um fluxo inverso a essa situação. Não é um óleo idêntico a um óleo de superfície, esse óleo que está... É por isso a dificuldade.

Hoje eu vi a entrevista do representante da AGU contraditando a Marinha. Na realidade, nem a NASA conseguiu, com os seus satélites, identificar, na superfície marítima, o óleo. Eu ouvi o senador Jaques Wagner ligando, inclusive, para um representante da própria Marinha e que também tinha feito essa consulta à NASA.

Então, é muita especulação. Às vezes, eu fico muito preocupado, por exemplo, quando eu ouço dizer: “Está chegando óleo em Abrolhos”. E aí você vê uma foto de uma quantidade de óleo imensa. Parece que aquilo retrata a realidade, entendeu? Para não gerar pânico na sociedade. Na realidade, a maioria das fotografias que hoje estão circulando com relação à qualidade de óleo são fotografias de áreas diferentes das que

se retratam na matéria naquele momento. Saiu, inclusive, uma matéria sobre óleo em Ilhéus, eu estava em Ilhéus, e fui fazer uma visita ao local e verifiquei que a quantidade de óleo não retratava as fotografias que se apresentavam.

Então, eu estou falando isso para não gerar na sociedade um certo pânico em relação a essa questão. Por exemplo, sobre a contaminação das pessoas, eu vi uma entrevista de uma pessoa, na *Rede Bahia*, no *Jornal da Manhã*, falando que a Sumac..., que a longo prazo daria câncer e tal. Ou seja, algo que estava gerando, na minha opinião, muito mais controvérsia na sociedade do que efetivamente solução para isso.

O que eu acho é que nós temos que tomar todas as medidas. As críticas de que o governo federal entrou tardiamente nessa questão são reais. Entrou tardiamente, mas só para não gerar esse pânico. Não acredito, pela minha pequena experiência, que se trate de óleo de superfície no Extremo-Sul da Bahia. Além do mais, é algo fantasioso dessa pessoa que colocou essa matéria, que pode se tratar de uma perfuração clandestina. Ou seja, para construir uma perfuração em alto mar é impossível se tratar de perfuração clandestina pela estrutura e aparato necessários para uma plataforma, um navio plataforma fazer a exploração de um bloco no fundo do mar.

Então, só por uma questão das explicações aqui no sentido de ajudar nas matérias que estão sendo veiculadas.

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu incorporo prazerosamente ao nosso discurso a contribuição trazida pelo Líder Rosemberg Pinto, mas quero dizer ao deputado Rosemberg que o pânico e o medo já nos contaminaram. O prejuízo é fato indelével. A pesca de camarão e lagosta já será proibida a partir do dia 1º de novembro, por contaminação química por óleo...

(A Sr.^a Presidenta faz soar as campainhas.)

(...) no Nordeste. Nós não estamos falando aqui de um órgão qualquer. Nós estamos falando de uma denúncia trazida pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, por cientistas.

Enquanto isso, eu quero concluir dizendo aos senhores que eu tive a oportunidade de visitar intensivamente o Arquipélago de Abrolhos, há cerca de 13, 14 anos, fiquei hospedado nas suas cercanias, na casa até cedida por um colega deputado estadual, à época, hoje deputado federal. E lá alugamos lancha, eu e minha mulher. Estou com o coração sangrando de imaginar que o Oceano Atlântico que hospeda, professor José Raimundo, no Sul do estado da Bahia, aquele Arquipélago de Abrolhos, onde estão a Ilha de Santa Bárbara, Ilha Siriba, Ilha Redonda, Ilha Sueste e a Ilha Guarita, possa ser prejudicado pela falta de competência das autoridades de chegarem à solução desse problema antes que tanto prejuízo tenha sido suportado pelo povo do Nordeste. Mas os senhores vão ver que se uma manchinha de óleo, diminuta que for, aparecer no litoral do Rio de Janeiro, a coisa vai mudar.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Para concluir, excelência.

O Sr. TARGINO MACHADO: Eu concludo, deputado Zó.

Não poderia deixar de fazer esse registro e quero fazê-lo com a compreensão de V. Ex.^a, saudar a população baiana ordeira, bravos e honrados guerreiros, a população nordestina que é tida pelos sulistas como população de segunda e terceira categorias, são esses heróis que estão de forma heroica agindo como voluntários, deixando de lado a periculosidade e os riscos à saúde que esse óleo oferece. Parabéns a todos eles.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Concluído?

O Sr. TARGINO MACHADO: Concluo, Sr. Presidente.

Obrigado, deputado Osni. Obrigado, deputado Rosemberg Pinto.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Horário das Representações Partidárias.

Com a palavra o Representante do PSOL para falar ou indicar o orador pelo tempo de 2 minutos. Deputado Hilton Coelho, pelo tempo de 2 minutos.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, ocupamos esta tribuna para, mais uma vez, lembrar que nós não deixaremos de marcar a necessidade de se esclarecer o caso do assassinato da nossa Marielle Franco. E, claro, ocupamos esta tribuna no momento em que o tensionamento em relação ao caso passa a envolver fatos que são extremamente preocupantes, dessa vez ligados diretamente ao atual presidente da República.

A reportagem do *Jornal Nacional* que foi ao ar ontem, tratando da situação em que a Polícia Civil, através da averiguação dos cadernos de anotação do condomínio do então deputado federal Jair Bolsonaro que registraram que o possível participante direto do assassinato, participante direto, porque foi motorista do assassino de Marielle Franco, teria visitado o condomínio do atual presidente Jair Bolsonaro, à época deputado federal, e solicitado a...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) autorização para entrar no condomínio à casa do próprio Jair Bolsonaro. E que alguém, se identificando como seu Jair, teria autorizado a entrada, segundo esse porteiro. O presidente justifica que estava em Brasília, mas o fato é que a casa 58, segundo os relatos da portaria, teria sido acessada e, a partir dela,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) um homem se definindo como Jair, autorizou a entrada desse participante direto no assassinato de Marielle Franco e Anderson Gomes.

Para nós, é um fato muito sério, Sr. Presidente. E nós queríamos marcar, nesses segundos que V. Ex.^a nos concede, só para concluir o raciocínio, que o PSOL, a esquerda e os movimentos sociais não se calarão. Nós exigimos isenção em relação à apuração dos fatos. Nem o presidente Jair Bolsonaro, nem o ministro Sérgio Moro, não podem incidir nas investigações. Nós precisamos ter investigações que sejam confiáveis, lícitas. Elas precisam que a justiça seja feita.

Nesse sentido, o Partido Socialismo e Liberdade está mobilizado nacionalmente não apenas através da sua bancada federal, deputado Zé Raimundo, mas em todo o

país, para dizer que a justiça está tardando, mas não falhará no caso de Marielle Franco, porque nós estamos mobilizados, como militantes, e temos o apoio da sociedade, dos movimentos sociais, para que, quem quer que seja, vá para atrás das grades em função desse crime bárbaro que foi cometido contra a nossa Marielle e o nosso Anderson Gomes.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria ou o Líder do PP para indicar o orador pelo tempo de 12 minutos, ou oradora.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará, por todo o tempo, o deputado Robinson Almeida, depois Olívia.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Com a palavra, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA LULA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, jornalistas aqui presentes na cobertura, senhores que estão nas Galerias, hoje, fui surpreendido por uma decisão da Justiça em relação a uma ação movida pelo prefeito da capital ACM Neto. A motivação é porque eu reproduzi, na minha rede social *Facebook*, uma matéria do site *Bocão News*, que eu vou ler aqui para todos acompanharem.

Bocão News diz o seguinte: (lê) “*Neto prorroga contrato com ONG da mãe por mais três anos e valor chega a 2,8 mi.*”

O prefeito ACM Neto prorrogou o contrato com o Parque Social Empreendedorismo e Desenvolvimento Social, uma organização não governamental que tem como presidente a mãe do prefeito, Maria do Rosário Magalhães. O aditivo foi publicado no Diário Oficial do Município na última quinta-feira (29), em meio as comemorações do aniversário de Salvador. O contrato vai até 2021 e passa de R\$ 2.109.600,00 milhões para R\$ 2.812.800,00 milhões.

Para este contrato a ONG vai executar indiretamente o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos para mil crianças, adolescentes e idosos, em situação de vulnerabilidade e risco social, residentes na cidade.

O contrato foi ainda assinado pela diretora da entidade, Sandra Maria de Souza Paranhos, que atualmente é assessora especial da prefeitura de Salvador, com salário de R\$ 13 mil”.

Reproduzindo a matéria – que não é minha, é do *Bocão News* –, que tem como base o fato do aditivo de contrato no Diário Oficial, eu fiz o seguinte post no *Facebook*: (Lê) “*Neto, primeiro o dele, depois o do resto...*”

‘Mateus, primeiro os meus, depois os teus’. Esse provérbio, de origem bíblica, símbolo do egoísmo, retrata a decisão do prefeito de Salvador, ACM Neto, de designar R\$ 2,8 milhões da prefeitura para uma ONG presidida pela própria mãe.

No dia do aniversário da cidade, o Diário Oficial do Município publicou o aditivo de contrato entre a prefeitura e a Parque Social e Empreendedorismo Social, presidida por Maria do Rosário Magalhães.

O absurdo não para por aí. O contrato foi ainda assinado pela diretora da entidade, Sandra Maria de Souza Paranhos, que atualmente é assessora especial de ACM Neto na prefeitura de Salvador, com salário de R\$ 13 mil.

Enquanto isso, a maioria da população de Salvador não tem Atenção Básica de Saúde. Apenas 36% de cobertura, a pior do estado. Faltam médicos, enfermeiros e remédios nos poucos postos de saúde que funcionam nos bairros populares da capital.

Por essa inversão de prioridades, o provérbio do egoísmo ganha nova forma contemporânea: ‘Neto, primeiro o dele, depois o do resto...’

<https://goo.gl/SdnJBA>”

Portanto, faço aqui uma opinião sobre uma matéria do *Bocão News*. Não uso nenhum adjetivo, não acuso o prefeito nem a sua mãe de desvio de recursos públicos, defendendo a tese, que reitero nesta tribuna, que a prioridade dos recursos públicos, em Salvador, deveria ser dirigida para a área de saúde, que tinha à época apenas 36% da sua cobertura. Então, estou absolutamente tranquilo, com a consciência limpa de que não caluniei e não difamei ninguém. Exerci o meu direito, como cidadão, de criticar o prefeito da cidade onde moro, que administra os impostos que eu pago. E posso afirmar que esse dinheiro nesse caso não foi bem utilizado.

Diante disso – esse *post* de 2 de abril –, seis meses depois, 29 de setembro de 2018, o prefeito entra com um processo contra mim na Justiça baiana. E no dia 29 de outubro – ontem, portanto, 1 ano e 1 mês depois –, há uma sentença, uma decisão judicial.

Quero dizer, em primeiro lugar, que irei recorrer, porque creio que é uma decisão injusta. Por mais que o magistrado tivesse ali entendido algum tipo de ofensa e calúnia, deveria, creio eu, pedir uma retratação, se fosse o caso, encontrando exatamente onde estariam colocadas a difamação e a calúnia.

Não o fez! Condenou-me a uma prisão de 1 ano, 10 meses e 9 dias, convertida para trabalhos comunitários. E, além disso, fixou uma multa de R\$ 50 mil, que o deputado Targino aqui, em forma de brincadeira, disse que estava me causando algum tipo de preocupação.

O prefeito hoje, inclusive, à tarde, disse que vai doar o valor dessa multa às Obras Sociais de Irmã Dulce. Eu quero dizer que não estou preocupado com isso, porque tenho bastante confiança que irei vencer o processo na 2ª instância, porque ele não tem a robustez da decisão jurídica, e irei enfrentar até a última instância do transitado em julgado essa questão.

Segundo: não me calarei em relação às críticas ao administrador público da minha cidade. Moro, resido em Salvador, convivo com a população mais pobre dessa cidade, sei das suas necessidades e dificuldades e sei que a saúde pública em Salvador merece investimentos maiores do que têm sido aplicados. Não tenho medo do contraditório, da opinião diferente da minha, o que não é o caso de alguns governantes no Brasil e na Bahia.

Faço o debate político aberto, franco, sem adjetivos, com conteúdo, com substantivo. E isso continuarei fazendo, e ninguém vai me intimidar.

Reafirmo aqui a minha opinião em relação à prioridade dos serviços públicos e quero dizer que as Cortes Superiores já têm farta decisão em relação a assegurar a liberdade de expressão no nosso país.

Se um cidadão, se um parlamentar não pode dizer que a prioridade para investimento do dinheiro público na cidade é para a saúde e não para uma ONG presidida pela mãe do prefeito, eu não sei o que é que nós poderemos mais falar.

E quero dizer também que o próprio prefeito, quando era deputado federal, foi à tribuna da Câmara ameaçar dar uma surra no presidente da República. Dar uma surra no presidente da República. Imagine!

Se eu sou condenado a 1 ano e 10 meses de prisão por ter falado que a prioridade era a saúde e não a ONG dirigida pela mãe do prefeito, creio eu que por comparação o prefeito seria condenado à prisão perpétua ou à pena de morte, porque eu não consigo encontrar nenhum tipo de razoabilidade em uma decisão que cerceia o meu direito de expressão, de crítica. E crítica política, própria do ambiente democrático que nós vivemos e ajudamos a construir nesse país.

Por isso, eu quero aqui, diante desta Casa, de todos os deputados, do povo baiano, reiterar que irei recorrer dessa decisão e irei até as últimas consequências. E não me calarei diante das atitudes que eu considerar equivocadas no comando da prefeitura de Salvador.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, eu queria, aqui, também registrar os 10 anos da Fundação Estatal de Saúde da Família da Bahia. É um organismo ligado à Sesab e à estrutura do SUS e que na última sexta-feira fez um belíssimo seminário para comemorar os 10 anos da fundação. E nesse seminário foi lançado o manifesto: (Lê) “*Sus, saúde e democracia: desafios para o Brasil contemporâneo*

Nas três últimas décadas foram desenvolvidos imensos esforços para organizar e colocar em funcionamento o Sistema Único de Saúde, a partir dos princípios constitucionais que o conformam: universalidade, equidade e integralidade.

(...) O SUS, que é uma política de Estado e não de governo, é resultante de uma construção da sociedade brasileira e vem resistindo tenazmente a severos ataques de ordem política e econômica ao longo de sua existência. A saúde como valor solidário, direito de cidadania e dever do Estado, contudo, nunca esteve tão ameaçada como agora.

(...) Nenhum sistema universal tem investimentos públicos tão baixos como o nosso, e quando se acresce a isso uma renúncia fiscal e tributária expressiva a cada ano, o quadro de subfinanciamento se agrava.

(...) Essa política de aprofundamento de cortes dos gastos sociais, em um contexto de negação de direitos e de desvalorização das políticas universais, intensifica retrocessos e ameaça descaracterizar o SUS.

(...) Essa base constitutiva das políticas de saúde está sendo desconstruída por mudanças em políticas de grande impacto na saúde, sem que o Ministério da Saúde e o parlamento sejam ouvidos, entre as quais podem ser destacadas:

Os retrocessos nas normas de segurança nos ambientes de trabalho e legislação referente a acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Os ataques ao Estatuto da Criança e do Adolescente;(...)

as reiteradas ameaças ao estatuto do...”

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

“(...) desarmamento;

(...) A visão hegemônica no governo e no Parlamento, assentada sobre uma falácia, é a de que a saúde, ao invés de investimento, é gasto e que a gestão em moldes empresariais, mesmo em um contexto de redução dos gastos, permitirá fazer mais com menos, ainda que isso comprometa a qualidade de vida e ameace a segurança dos cidadãos e famílias.”

Então, Sr. Presidente, eu encerro aqui pedindo que seja transcrito nos Anais da Casa esse manifesto que é assinado por seis ex-ministros da República na área de...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) saúde: Humberto Costa; José Saraiva Felipe; José Agenor Alvarez da Silva; José Gomes Temporão; Alexandre Padilha e Arthur Chioro. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Concedo a palavra ao líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSC, para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Targino Machado: Falarei por todo o tempo, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Com a palavra o deputado Targino pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. TARGINO MACHADO: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, assisti e ouvi atentamente a fala do nobre deputado Robinson Almeida, que é alguém que, como poucos, tem recursos para verbalizar e produzir um bom discurso, uma boa fala, bons comentários, como generalista que V. Ex.^a é, mas que, mesmo após cometer um equívoco, vem a esta tribuna para ratificar algo absolutamente condenável. Lamento profundamente que o amigo deputado Robinson Almeida, apesar de condenação judicial, inclusive com privação de liberdade de 1 ano, 10 meses e dias, como diz bem V. Ex.^a, por ser réu primário, transformada em penas acessórias... Além disso, há uma multa indenizatória de R\$ 50 mil.

Afirmo, sem querer polemizar, que quando se coloca no correio uma carta endereçada a alguém, o mínimo que se há de esperar é uma resposta. Eu não quero dar resposta à altura à V. Ex.^a, deputado Robinson Almeida, porque não conheço nada que desabone a vossa conduta moral. Mas não reconheço no deputado Robinson Almeida estatura, envergadura e isenção para julgar o prefeito de Salvador.

Afirmo que os recursos da Prefeitura de Salvador, deputado Robinson Almeida, são muito bem cuidados, foram muito bem cuidados e continuarão sendo muito bem

cuidados. E a prova disso é que V. Ex.^a precisa andar na cidade do Salvador para ver a revolução que esse jovem prefeito fez nesta cidade, primeira capital do Brasil, nesses últimos 6 anos, quase 7.

O provérbio português que V. Ex.^a aqui atribuiu à Bíblia, “*Mateus, primeiro os meus, depois os teus*” – esse é um provérbio português –, não creio que V. Ex.^{as} possam apontar o dedo, falando dessas divisões dos meus e dos teus contra ninguém, após o mar de lama que as administrações de V. Ex.^{as}, pilotadas por V. Ex.^{as} no Brasil e na Bahia... Que é um belo exemplo de como se fazem divisões de forma espúria.

Não quero citar aqui as ONGs, porque teria que citar nome de outras autoridades e não quero fazê-lo, não desejo fazê-lo. O que eu desejo mesmo é dizer a V. Ex.^a que não provoque nesta Casa esta discussão, para não termos que abrir as feridas, que estão muito mais presentes do lado de V. Ex.^a do que do nosso lado, não é? Esse é um apelo que eu quero fazer a V. Ex.^a de forma equilibrada.

Tem muita gente para quem eu poderia citar aqui esse provérbio português, porque ele, esse provérbio, se encaixa como luvas na história e na cabeça de muitos arautos da administração pública, em nível estadual e federal, que foram e são aliados de V. Ex.^a. Agora, eu tenho a impressão de que o prefeito ACM Neto deve ter alguma culpa, porque o sucesso dele, o sucesso administrativo de um jovem político, que é da política, incomoda muita gente e vai incomodar muito mais.

Eu não quero fazer desta tribuna arena para embates menores. Nós precisamos usar esta tribuna como eu já usei hoje, quando fui aparteado pelo Líder do Governo, quando fui aparteado pelo ex-prefeito e deputado Osni. Ambos trouxeram contribuições à minha fala, à nossa fala. Esse tipo de manifestação contribui para melhorar a imagem deste parlamentar que tudo tem feito, deputado Aderbal Fulco Caldas, no sentido de destravar as relações nesta Casa. Creio que o grande investimento que podemos fazer aqui é o investimento nas relações pessoais. Esta Casa não precisa se tornar palco de coisas equivocadas para prestar serviço lá para fora. Nós precisamos prestar serviço à população baiana – e prestamos serviço à população baiana, isso sim – tendo produção legislativa.

V. Ex.^a, deputado Robinson, tem estatura, envergadura para tocar o seu mandato dessa forma. Agora, quem muitas pedras para o ar atira precisa ter cuidado porque uma delas pode cair no telhado dela.

O prefeito ACM Neto não tem rabo preso, não tem telhado de vidro, e isso não se aplica a todos. Infelizmente. Eu quero, Sr. Presidente, dizer que vim fazer essa fala cuidadosamente porque fui instado, provocado, a fazê-la e não poderia deixar de vir, não para fazer a defesa de ACM Neto, porque a defesa de ACM Neto quem faz é a sua história. Não sou advogado de defesa, mas condeno as injustiças. V. Ex.^a foi chamado para o foro onde se deve travar essas querelas, o prefeito ACM Neto não se reportou a V. Ex.^a pejorativamente ou não. O prefeito ACM Neto acionou V. Ex.^a na Justiça, é um direito dele. Agora, decisão judicial não é para ser analisada, interpretada, é para ser cumprida. V. Ex.^a tem todo o direito de recorrer às cortes superiores para modificar essa decisão. Agora, enquanto não a modifica, a decisão está vigente, e cabe a V. Ex.^a, como legalista que deve ser, porque é parlamentar, respeitar o ordenamento jurídico.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Concedo a fala ao Líder do Governo e da Maioria ou ao Líder do PSD para indicar o orador pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Falará por 7 minutos a deputada Olívia e por 5 minutos o deputado Rosemberg.

S. Ex.^a vai falar no PCdoB.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Tranquilo, o Líder tem sempre prioridade. E as mulheres.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, servidoras desta Casa e a bancada também de jornalistas, quero saudar a todos e todas e dizer que o meu assunto, o que me traz a esta tribuna hoje, é exatamente essa notícia que abala o Brasil, com repercussões internacionais, em relação ao caso do assassinato da vereadora Marielle Franco e às declarações do porteiro do condomínio onde reside, onde tem casa, melhor dizendo, o presidente da República, Jair Bolsonaro.

É muito grave a informação de que, no momento em que Elcio Queiroz, mais um Queiroz, não é?... Essa situação da figura presidencial sempre envolta em sombras, digamos assim, presidente... Mas é muito grave a declaração de que, ao se dirigir ao Condomínio Vivendas da Barra, às 17h30 do dia 14 de março – o condomínio fica na Barra da Tijuca –, o Elcio Queiroz fez uma soli... informou que estaria indo para a casa de número 58, que é a residência do presidente Jair Bolsonaro, a casa do presidente Jair Bolsonaro. Depois ele se dirigiu a... a... exatamente depois do... do... do... de poder entrar naquele condomínio, ele foi para a casa de Ronnie Lessa, que é o outro suspeito da morte do assassinato da vereadora Marielle Franco.

Isso é algo que é muito grave, que é muito sério, que causa... que hoje é o grande tema nacional, grande debate nacional, em que pesem as declarações do presidente da República refutando esse depoimento do porteiro. É impressionante ver a maneira destemperada como o presidente da República agiu, como está agindo em suas declarações, usando, inclusive, palavrões, fazendo ataques à imprensa, pela divulgação do fato. É preciso investigar, ir a fundo de maneira isenta em relação a essa situação de enorme gravidade. Enorme gravidade.

É óbvio que nós não podemos acusar, ninguém tem o direito de acusar, de dizer, de maneira taxativa, que há, sim, o envolvimento do presidente da República no assassinato da vereadora Marielle, mas há, sim, a necessidade imperiosa de uma grande e profunda investigação desse fato, dessa suspeita, porque nós também sabemos do encantamento do presidente da República, da relação com milicianos. Ele não faz nenhum segredo disso, ele dá declarações elogiosas a torturadores, à gente que vive no submundo do crime, seus filhos têm amizade com pessoas envolvidas nessa situação do assassinato de Marielle Franco.

Portanto, nós não podemos apenas nos contentar com a declaração de que não há envolvimento, que esse é um problema político, é uma guerrinha entre o presidente

da República e o governador do Rio de Janeiro. A que ponto nós chegamos? A que ponto a República chegou? Porque é um absurdo você ver uma troca de ataques entre o presidente da República e um governador, figuras de Estado que deveriam preservar a liturgia dos seus cargos, respeitar a população. No entanto, se comportam dessa maneira.

Acho também, quero aqui afirmar, absurda a declaração do ministro Sergio Moro, que é ministro, não é mais juiz. Fez o encaminhamento para a PGR para que ela investigue, solicite que o caso vá para a instância federal, numa ação articulada com o Ministério Público Federal, a Polícia Federal, a Justiça Federal, para que retire o caso do Rio de Janeiro porque a Justiça no Rio de Janeiro estaria contaminada, seria tendenciosa, então não é possível aceitar que o caso continue sendo tratado pelo Judiciário do Rio de Janeiro.

Então, eu quero aqui dizer – e ele até escreve que há equívocos na investigação conduzida no Rio de Janeiro –, eu quero aqui dizer, lembrar, que Sergio Moro, quando era juiz e agiu no caso que fez do presidente Lula um presidiário, sem provas, ele não teve nenhum cuidado, não teve nenhuma preocupação em colher provas cabais que fundamentassem o pedido de prisão. Então são dois pesos e duas medidas, eu espero que esse caso não vá para o terreno do controle do presidente, porque se isso acontecer, aí é que nós vamos ter que ficar com as barbas de molho, porque tudo o que eles querem é comandar essa investigação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para ter a liberdade de conduzi-la de maneira a favorecer quem os interessa.

Portanto, eu quero dizer aqui que, na condição de mulher negra, deputada, que já foi vereadora, que sente e pergunta, questiona até hoje, assim como toda a população brasileira e também a comunidade internacional, nós precisamos saber quem mandou matar Marielle Franco!...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) É uma exigência! E é preciso ter celeridade, agora mais do que nunca, no esclarecimento de todos os fatos que envolvem esse crime. Esse crime não pode ficar impune, todos os envolvidos precisam pagar, porque essa vida se foi, foi retirada! Foi retirada! Uma mulher negra, vereadora foi assassinada, e até hoje a interrogação está aí, o sofrimento da família, o sofrimento da militância, da luta em defesa dos direitos humanos.

Nós não podemos admitir que esse caso fique nas sombras, esse caso tem que vir à luz, à luz da verdade. Tem que ser punido exemplarmente quem mandou matar, quem executou o crime, porque só assim... A vida de Marielle não voltará, mas, com certeza, deputada Neusa Cadore, presidenta da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, o sentimento de justiça vai afagar os nossos corações, e é isso que nós queremos.

Saio dessa tribuna apenas me solidarizando aqui... não vai dar mais tempo para falar, mas quero expressar, deputado Robinson, a minha solidariedade a V. Ex.^a. Porque imagine se o governador Rui Costa saísse processando os deputados que são da Oposição, que sobem a esta tribuna, e falam, e atacam muitas vezes a figura dele, e

fazem ilações. O prefeito ACM Neto não é intocável, nós não podemos cercear o direito dos parlamentares de fazer o bom debate político. Isso é parte da democracia. As pessoas precisam aguentar, suportar o que é do jogo democrático, não se utilizar de autoritarismo para calar as vozes que fazem a crítica.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Obrigada pela tolerância.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Pela ordem o deputado Targino Machado.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, para colocar cada um em seu lugar, eu preciso dizer que as pessoas, antes de externarem a opinião, precisam estudar e estudar algo que todo o mundo precisa conhecer: as constituições Federal e Estadual, notadamente naquilo que nos compete, naquilo que nos alcança de forma mais próxima.

No caso, eu quero me referir, aqui, Sr. Presidente, ao ordenamento jurídico e dizer que o deputado Robinson Almeida... dizer à deputada Olívia que ela está absolutamente enganada. Os deputados, naquela tribuna, são invioláveis por palavra ou voto, mas a deputada Olívia, talvez no afã do improviso, que às vezes nos permite até assassinar o ordenamento jurídico, não compreendeu que o deputado Robinson Almeida não estava detentor de mandato político quando fez a crítica e foi por isso que a ação prosseguiu da forma que prosseguiu, com ele merecendo condenação em primeira instância.

Eu solicito a V. Ex.^a – porque fui obrigado a fazer essa questão de ordem – uma verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Pela ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, tenho um respeito muito grande pelo deputado Targino e eu senti que ele teve dificuldade de fazer a defesa do prefeito de Salvador e buscou palavras... (Risos)

O Sr. Targino Machado: Eu não fiquei com dificuldade e não tenho, até porque ele não precisa. Eu não quis atacar aqueles que merecem ser atacados, que V. Ex.^a sabe o nome de quem são, são aqueles...

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Por favor, deputado Targino...

O Sr. Targino Machado: (...) cometedores de crimes.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): (...) o deputado Rosemberg que está com a fala.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olha o meu tempo, o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Tranquilidade.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Sr. Presidente, primeiro, sou uma pessoa e um parlamentar que defende conceitos. E o conceito que defendo... Vou fazer isso

independentemente se esse conceito se aplica a deputados do Governo ou a deputados da Oposição.

Nós não podemos permitir nesta Casa que uma ação dessa prospere sob a ótica de que se deixarmos que uma ação dessa prospere numa atuação parlamentar... Independentemente do fato de que essa questão foi acionada num momento em que o deputado Robinson não atuava como deputado.

Mas o que eu vejo é que a ação, a questão, originariamente, não foi do deputado Robinson. O que eu quero dizer é que o prefeito de Salvador é arrogante para alguns mas subserviente para outros. Gostaria que o prefeito de Salvador tivesse feito a ação contra o *Bocão News*, que foi quem denunciou originalmente.

O deputado Robinson replicou a notícia que foi veiculada em todos os jornais naquele dia. Lembro-me que saiu uma publicação no *Diário Oficial* do Município de Salvador sobre a prorrogação de um contrato de uma ONG cuja presidente era a mãe do prefeito. Talvez não haja ilegalidade, mas do ponto de vista do olhar ético não é razoável que o prefeito mande prorrogar o contrato de uma ONG presidida pela sua mãe na sua gestão. Isso não é razoável.

Então, questionar isso é receber uma ação civil pública por conta disso? Se houvesse um questionamento pessoal, se dissesse que houve superfaturamento, se o deputado Robinson tivesse colocado alguns adjetivos que dessem margem a dizer que era falcatura ou alguma coisa assim... Mas não! Apenas coloca a prioridade que o prefeito teve, e isso é razoável. Então quero me solidarizar, quero aqui, como deputado do Partido dos Trabalhadores... O deputado Marcelino não está presente hoje porque está numa atividade externa, mas certamente, como Líder da bancada do Partido dos Trabalhadores, já soltou uma nota questionando esse formato. E aí, deputado Targino, acho que isso não ajuda, na minha opinião, não podemos deixar, conceitualmente...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) que isso prorrogue uma questão como essa, de um parlamentar. Porque isso realmente implica, efetivamente, a atividade desse parlamentar, protegido pela Constituição Estadual. Por isso, gostaria muito que o prefeito de Salvador tivesse a coragem de acionar quem originalmente denunciou. Mas isso ele não faz. Mas para...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) de uma forma...

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Só quero registrar que o tempo da questão de ordem de V. Ex.^a caiu.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: (...) atuar em confrontação... Só para eu concluir, me perdoe. Só uma confrontação a um parlamentar que tem o partido político na sua diversidade, então ele faz essa ação.

Eu queria que V. Ex.^a marcasse os 15 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Infelizmente...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, eu queria que V. Ex.^a marcasse os 15 minutos...

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Infelizmente, caíram os 5 minutos da questão de ordem de V. Ex.^a.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Não, querido, estou pedindo para...

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Não, mas caíram os 5 minutos da questão. V. Ex.^a não pediu dentro dos 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Eu pedi, querido!

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Não pediu os 15 minutos, não.

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: Olha, nós temos aqui... Olha bem, toda questão de ordem... Nós já colocamos aqui, foi votado, que independentemente de fazer o pedido, o Regimento garante isso... Está no Regimento, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Se o Regimento garante...

O Sr. Rosemberg Lula Pinto: O Regimento diz que... Está no Regimento. Então eu gostaria de pedir que se cumprisse o Regimento da Casa, que colocassem os 15 minutos. Está no Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Marquem os 15 minutos.

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): E convoco os deputados...

O Sr. Targino Machado: Pela ordem, Excelência. Eu quero dizer – só para colaborar, porque não sou regimentalista temerário – que toda questão de ordem para verificação de quórum tem que ser regimental, solicitada com especificação regimental. Dessa forma, venho em socorro ao deputado Líder do Governo dizer que procede o pleito do deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Tranquilo. Eu queria convocar todos os deputados e deputadas.

A Sr.^a Neusa Lula Cadore: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Por favor, deputada, a presença. Aí eu atendo a questão de ordem de V. Ex.^a.

Queria convocar os deputados e deputadas presentes na Casa a comparecerem ao plenário porque há um pedido de verificação de quórum. Solicito a presença de todos e todas.

Questão de ordem da deputada Neusa Cadore por 5 minutos.

A Sr.^a Neusa Lula Cadore: Quero convocar todos os deputados e deputadas que se encontram em seus gabinetes, que se encontram fazendo atendimento, que estão em alguma dependência da Casa, para que venham até o plenário, porque há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Enquanto aguardamos, nesses 15 minutos, gostaria de dar conhecimento de uma nota da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa em solidariedade ao deputado estadual Robinson Almeida.

(Lê) *“A Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembleia Legislativa da Bahia manifesta o seu irrestrito apoio ao Deputado Estadual Robinson Almeida. Permaneceremos firmes na defesa de uma sociedade sem tirania, opressão e injustiça*

e, após tomar conhecimento da sentença condenatória proferida pelo juiz Ricardo Augusto Schmitt, da 12ª Vara Criminal de Salvador, prestamos os seguintes esclarecimentos:

– Nos termos do art. 84 da Constituição do Estado da Bahia, os deputados são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos. Trata-se de prerrogativa que garante a independência para o pleno exercício da função parlamentar, cuja livre manifestação do pensamento é essencial em um ambiente político que se deseja democrático.

– As pessoas públicas, a exemplo do prefeito de Salvador, estão naturalmente submetidas a um âmbito maior de exposição na sociedade, razão pela qual devem suportar às críticas políticas e administrativas da população, da imprensa e de integrantes do Poder Legislativo, da mesma forma que ocorre com gestores em qualquer parte do mundo.

– O fato imputado ao deputado Robinson Almeida, que se limitou a reproduzir e comentar em uma rede social o teor de uma matéria jornalística, não se constitui enquanto crime, sendo crítica política plenamente autorizada pela legislação, estando na esfera de sua inviolabilidade de opinião enquanto parlamentar, o que tem sido plenamente autorizado pela jurisprudência histórica do Supremo Tribunal Federal.

– O prefeito ACM Neto, seguindo a sua longa tradição familiar neste sentido, pretende silenciar, intimidar e censurar seus adversários e críticos com processos judiciais. Mas não terá sucesso nesta empreitada nefasta. Salvador não aceita mais esses métodos antigos de coação e truculência. A cada dia, a cidade passa a exigir um ambiente de mais democracia, transparência e liberdade.”

Essa é a nota da Bancada do PT na ALBA.

E para que a gente possa continuar fazendo esse importante debate, convido as deputadas e os deputados para que cheguem até o plenário, porque há um pedido de verificação de quórum para que a gente dê seguimento à sessão ordinária da Assembleia Legislativa deste dia 30 de outubro. Obrigada.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Convido os deputados e deputadas presentes na Casa e que estejam nos gabinetes, no cafezinho ou em qualquer outro espaço a comparecerem ao Plenário, porque há um pedido de verificação de quórum.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Pela ordem, deputada Fátima Nunes.

A Sr.^a Fátima Nunes Lula: Srs. Parlamentares, pares desta Casa, certamente os senhores e as senhoras estão nos ouvindo. Então, adiantem os passos para o Plenário para que a gente possa marcar a presença e dar continuidade à sessão.

Enquanto os senhores e as senhoras chegam, eu quero aproveitar a oportunidade, mesmo tendo a nossa deputada Neusa Cadore lido a Moção, que é de toda a Bancada... Eu, que estou aqui sentada ao lado do deputado Robinson Almeida, esse deputado por quem tenho muita consideração – inclusive, dividimos com ele os nossos trabalhos políticos lá na cidade de Paripiranga, a minha terra natal – quero também expressar o meu carinho, o meu respeito, a minha solidariedade.

E dizer que é impossível que as pessoas públicas, no caso, o prefeito do município, se incomodem tanto por, apenas, serem observadas por aquilo que observa qualquer cidadão que leia o *Diário Oficial* de qualquer prefeitura: os gastos que estão sendo destinados. E é claro que é normal alguns aprovarem e outros protestarem, até porque o dinheiro não é dele, não é do gestor, o dinheiro é público. E espero que, ao ouvir as minhas palavras, não venha também trazer um processo para a minha pessoa.

Queria, além de prestar a minha solidariedade, dizer também que é preciso que os juízes façam justiça e não procurem, por qualquer bobagem, por qualquer reclamação que um político venha a fazer, dar sentenças tão cruéis que, de certa forma, a mim parece uma perseguição.

E nós precisamos de um tempo de justiça, não de um tempo de perseguição. Porque já chega o que acontece neste país com figuras públicas da qualidade do nosso presidente Lula, que, hoje, está trancafiado por ter feito o bem à sociedade. Porque ninguém nunca revelou nenhuma prova contra Lula.

Portanto, isso revela que a Justiça precisa trabalhar melhor, rever os seus princípios e cumprir a Constituição, cumprir as leis, e não usar do poder para perseguir. E eu vejo nessa atitude desse juiz, de certa forma, uma perseguição.

E será apenas porque somos lutadores por direitos, para ter aposentadoria, saúde, educação, moradia? Porque queremos que o dinheiro público seja, de fato, empregado para fazer o bem ao público? Isso nós trabalhamos diariamente para fazer acontecer. Portanto, não aceitamos sentenças injustas, fora de hora, fora de lugar, sem nenhum crime, sem nenhuma prova.

E, portanto, aqui a minha solidariedade ao nosso companheiro deputado Robinson, que é um brilhante deputado, foi secretário de Comunicação, comunicou muito bem o trabalho do nosso ex-governador Jaques Wagner, primeiro, e depois o de Rui Costa. Porque é comunicando, é se informando que a nossa sociedade se empodera e cuida de zelar pelos princípios da cidadania, da democracia e do respeito para termos uma sociedade livre, justa e de paz.

São essas as minhas palavras, e muito obrigada.

O Sr. Targino Machado: Sr. Presidente, o art. 33 do Regimento, inciso I, no *caput* diz: “São prerrogativas do Líder: I - usar da palavra em qualquer fase da sessão, por 10 (dez) minutos para fazer comunicação inadiável, sempre que não haja orador na tribuna;...” E, regimentalmente, estou fazendo isso porque no momento não há orador na tribuna.

Não quero polemizar, mas preciso dizer que está havendo um erro de interpretação. O art. 53 da Constituição federal, que é ratificado na Constituição estadual, diz que os deputados são isentos de enquadramento penal por suas opiniões, palavras e votos, ou seja, têm imunidade material, no exercício da função parlamentar.

Eu quero dizer que o ordenamento jurídico já incorporou esse ordenamento da Constituição federal que fala em enquadramento penal, já estendeu esse enquadramento também para o enquadramento cível. Porque, no pós-Constituição, o que se observou é que determinados advogados, que gostam de fazer advocacia temerária, como não podiam imputar crime, ação penal contra o parlamentar... O

parlamentar não está protegido porque é parlamentar ou porque é bonitinho, o parlamentar está protegido pela Constituição federal porque a imunidade não é do parlamentar, a imunidade é da função. Por isso que o ordenamento jurídico já remeteu a imunidade também para a área cível.

Eu, inclusive, fui alvo no passado. Na CPI dos Combustíveis que nós pilotamos nesta Casa, deputado Aderbal Fulco Caldas, donos de postos de combustíveis, como eu estava protegido pela imunidade da função, imunidade penal, entraram com processos cíveis, alegando que eu causei danos, prejuízos às suas empresas, e requerendo indenizações. Isso nossos advogados... Inclusive, a Procuradoria-Geral da Casa indicou um seu procurador para fazer a nossa defesa – na época, foi o Dr. Thyers Novaes –, e fizemos lá a sustentação e ganhamos, porque a imunidade não é só penal, precisa ser cível.

Como é que o deputado pode exercer o papel, a sua função de representar um conjunto da sociedade tendo apontados contra a sua cabeça, contra o seu mandato prejuízos que o Código Civil pode impor?

Por isso, deputado Aderbal Fulco Caldas, deputado Zó, que preside a sessão, que nós ganhamos as ações. E existe jurisprudência nesse sentido, que a imunidade não é só penal, é também cível.

Além disso, eu acabei de dizer ao deputado Rosemberg Pinto que, no caso, a imunidade não alcança o deputado Robinson porque foi algo feito, praticado fora do mandato. Inclusive, ele não tem direito a foro privilegiado nessa ação, porque ele não era parlamentar à época. Pronto!

Por outro lado, eu quero dizer que nós temos tantos problemas nesta Bahia, na saúde, na educação, na segurança pública, e em vez de estarmos dedicando o tempo do nosso mandato a isso estamos tergiversando.

E disse ao deputado Rosemberg Pinto há pouco...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) que em boa hora o STF deferiu aos deputados estaduais o mesmo tipo de imunidade e proteção que têm os deputados federais. Hoje, os deputados estaduais não podem ser presos. E o Poder Legislativo pode, inclusive, expedir a ordem de soltura, como foi feito há pouco tempo, dias atrás, pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zó): Com somente seis deputados presentes, está encerrada a sessão por falta de quórum.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.